

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PASSONI, Irma Rossetto . Irma Passoni (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 37min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Irma Passoni  
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

**Levantamento de dados:** Marieta de Moraes Ferreira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Marieta de Moraes Ferreira;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** São Paulo - SP - Brasil;

**Data:** 28/08/2006

**Duração:** 1h 37min

Arquivo digital - áudio: 4; Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

**Temas:** Assembleia Legislativa; Câmara dos Deputados; Catolicismo; Ciência e tecnologia; Diretas já (1984); Ditadura; Educação; Educação popular; Ensino religioso; Estado e sociedade; Família; Fernando Henrique Cardoso; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Igreja; Luiz Inácio Lula da Silva; Migração; Militância política; Movimento Democrático Brasileiro; Movimentos sociais; Mulher; Partido dos Trabalhadores - PT; Pedagogia; Preso político; Propriedade rural; Religião; Santa Catarina; São Paulo; Sérgio Motta; Sociedade civil; Teologia da libertação.

## *Sumário*

Entrevista: 28/08/2006 Origens familiares em Santa Catarina; a migração para São Paulo em 1959; o ensino religioso e as influências católicas; a visão da igreja como compromisso com a sociedade; a ligação à congregação do Instituto Beatíssima Virgem Maria no final dos anos 1960; a formação de dois anos de curso no Instituto Superior de Pastoral Catequética; a atuação como educadora religiosa e pedagoga; a participação em diversas ações práticas na resistência à ditadura; os acompanhamentos de presos políticos; a educação popular no método de Paulo Freire em um contexto ilegal; a implementação de um trabalho mais global nos anos 1970; o trabalho de base através da “Missão Conciliar” em periferias de São Paulo; a atuação na Pastoral Operária; a atuação como professora a título precário; a falta de infraestrutura do Estado para a educação; a atuação em movimentos sociais ligados à educação popular; a construção da Organização de Mulheres e o grupo “Clube das mães”; o início do Movimento Contra a Carestia; a introdução aos debates políticos dentro do Movimento; a indicação como candidata à deputada estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); a atuação na Assembleia Legislativa como forma de resistência à ditadura; São Paulo como elemento de grandes questionamentos, o começo da discussão sobre as “Diretas já”; o rompimento com o MDB e a participação na construção do Partido dos Trabalhadores (PT); a militância a partir dos documentos do Vaticano II (conhecido como Teologia da Libertação); a atuação como secretária de organização do PT; o trabalho de organizar as bases estaduais e nacionais do PT; a importância da militância das pessoas residentes de áreas rurais; a atuação como deputada federal e suas dificuldades; o espaço da mulher na Câmara Federal ; a participação nas campanhas eleitorais do Luiz Inácio Lula da Silva; a necessidade de uma educação política mais participativa para os movimentos populares; a forte atuação nos debates e construções sobre Ciência e Tecnologia; o convite de Sérgio Mota, para assumir uma assessoria no Ministério de Comunicações; a desfiliação ao PT para atuar no ministério durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; a saída do ministério e a volta para o PT; a criação de uma Comissão Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (CTIS) durante o governo Lula; a campanha para a candidatura como vereadora em 2006; formações populares a partir das metodologias de tecnologia social; a ciência e a tecnologia como necessidade para um desenvolvimento social.

*Entrevista: 28/08/2006*

M.M. – Nós queríamos começar essa conversa lhe perguntando sobre as suas origens familiares, a sua formação, o início da sua militância política.

I.P. – Eu sou de Concórdia, Santa Catarina, minha família era de comerciantes, eu vim para São Paulo em 1959; e passei por um colégio chamado Instituto Beatíssima Virgem Maria, que hoje é (Melliorte). Eu fui religiosa até 1971. E minha profissão é professora, fiz pedagogia, fui aluna do dom Luciano Mendes, que faleceu ontem, e atuei sempre na educação, basicamente, em dois níveis: na educação no colégio religioso e na educação pública do estado de São Paulo. Eu fui concursada como professora do estado de São Paulo. E tive um intervalo de dois anos de atividade nas empresas, porque eu fiz pedagogia e me especializei também na área de administração e treinamento de pessoal, recursos humanos; então eu trabalhei na capacitação e treinamento de empresas, junto a uma multinacional primeiro e depois junto a um hospital chamado Clínica Infantil do Ipiranga, no Hospital Servidor Público, eu fazia treinamento e capacitação de pessoas na área de desinfecção hospitalar. Aí voltei para a escola, concursada, e lecionei...

M.M. – Isso é quando?

I.P. – Isso em 1972, 73, mais ou menos até 75. Em 75, por aí, eu voltei para a escola pública.

M.M. – Vamos voltar um pouquinho ao passado. Sua família era católica. E a senhora estudou em colégio religioso?

I.P. – É. Dessa Congregação (Melliorte).

M.M. – E daí o nascimento da sua vocação religiosa.

I.P. – Aí veio de um processo lá... quando eu vim de Santa Catarina já.

M.M. – Mas, quando a senhora veio para cá, já estava nessa?...

I.P. – Não. Eu vim, estudei, e aí eu ingressei na vida religiosa propriamente dita em 1965; aí fiquei até 71. E nesse período, a gente fez um processo muito interessante, que foi o processo de acompanhamento dos documentos do Vaticano II. E nos documentos do Vaticano II, foi toda a revisão religiosa do ponto de vista da Igreja de compromisso com a sociedade. Então,

nós tínhamos aquela visão da Igreja intramuros, se podia dizer assim, não é, que era a igreja voltada para os interesses da própria religião e da salvação interna, para uma visão da igreja com a visão da sociedade. Então, os documentos que marcaram muito a minha atuação junto com um grupo, que foi uma congregação intercon chamado Juniorato Intercongregacional, que foi aqui na Caio Prado, no *Des Oiseaux*, então nós tínhamos um curso de dois anos do Instituto Superior de Pastoral Catequética também. E aí toda a documentação do Concílio Vaticano II, como a ( *Gaudio* ), que era uma visão de um documento... um compromisso muito social, assim como os documentos dos Bispos da América Latina, não é, o... Não sei como é que chamava na época.

M.M. – Medelin, não é?

I.P. – É fruto de Medelin. Depois, tinha os documentos dos bispos do Brasil. E aí, depois, nós montamos, formatamos o processo da construção das comunidades de base no Brasil. E nesse período nós participávamos de toda a resistência à ditadura, do ponto de vista de análise de conjuntura mas, ao mesmo tempo, de ações práticas, onde nós acompanhávamos todos os presos políticos, a gente tinha toda a atividade de colocar em disponibilidade das casas às pessoas que eram perseguidas, de provocar, nesse tempo, a visita no presídio, aqui, Tiradentes, para forçar a identificação de que as pessoas tinham sido presas. Então começamos a resistência no fundo da ditadura militar de forma organizada. E outra ação... Então, primeiro era entender, compreender o que estava acontecendo no país; que era essa análise de conjuntura que nós fazíamos com religiosos, leigos, etc., e depois tínhamos uma ação voltada para a questão da organização das comunidades, em dois vieses: uma era a educação popular, então nós começamos a fazer educação de alfabetização de adultos, método Paulo Freire, na época que era absolutamente proibido, então nós mesmos montávamos o curso; montamos a alfabetização nessa época de 70 e poucos. Ao mesmo tempo, eu era professora mas ao mesmo tempo eu tinha militância na comunidade.

M.M. – Ainda era religiosa. Ou já tinha deixado?

I.P. – Bom. Até 71... Esse Juniorato Intecongregacional a gente fez em 68, 69. Aí 70, 71, nós já começamos a fazer esse trabalho mais global, de compreensão, etc., e de formatar projetos e programas. Aí, em 71, eu me desliguei da Congregação. Porque a Congregação, ela tinha uma missão específica...

M.M. – Como era o nome dessa congregação mesmo?

I.P. – Instituto Beatíssima Virgem Maria. Hoje chama Instituto de Jesus, não sei. Mudou agora. Mas era de uma dama inglesa. Ela fez a primeira congregação na Inglaterra, que era de religiosas do ponto de vista... mais dedicadas a uma atividade que não era de clausura, era de educação; e essa educação formal de escolas particulares. E aí nós questionamos a visão da educação mais popular, social. Então, eu e um grupo de religiosas saímos da Congregação. Saímos não. Fomos para uma comunidade de base para organizar esse movimento da educação popular; com as mulheres, com a alfabetização, e tinha o pessoal da Pastoral Operária. E aí, em 71, a gente se desligou.

A. F. –Onde era essa comunidade?

I.P. – Jardim Ângela. Um bairro chamado Jardim Santa Margarida. Mais conhecido como Jardim Ângela.

A. F. –Que era uma periferia nova na época.

I.P. – É, absolutamente é. É o começo de tudo. Então nós tínhamos um trabalho chamado Missão Conciliar. Missão Conciliar era pegar, justamente, esses documentos do Vaticano II, Puebla, Bispos do Brasil e assim por diante e compreender, na luz do Antigo Testamento, dos grandes profetas, etc., qual era a história desse povo brasileiro e para onde a gente estava andando. E aí a gente fazia educação política, social, mas a partir da igreja porque, na verdade, também era impossível se falar qualquer outra coisa em relação a política ou debate político naquela época. Eu acho que foi um período muito rico. E aí, no meio disso tudo, a gente começou a aplicar a visão religiosa, os princípios do Vaticano II, a Igreja no mundo de hoje, as alegrias e as esperanças do mundo de hoje, são também as alegrias e esperanças do povo. Então, que alegrias e esperanças eram essas? Eram desafios concretos. Eram comunidades que não tinha água, não tinha esgoto, não tinha asfalto, não tinha habitação, não tinha saúde, não tinha absolutamente nada, porque São Paulo era entendido até o rio Pinheiros, depois do rio Pinheiros era a periferia, então, como se nós não existíssemos. E esse movimento popular começou a questionar e reivindicar. E reivindicar a partir do processo da ditadura, mas começou com uma ação que era de educação. Como eu era professora do estado... Nós éramos chamadas ACTs, professoras a título precário. Nós não tínhamos escola. Nós mesmos montávamos a sala de aula, nós mesmos montávamos o grupo, nós mesmos dávamos a merenda escolar, com nosso

salário, a gente tinha que montar as carteiras, todo o histórico escolar das crianças; mas, acabava o ano, as pessoas ficavam sem referências. Então nós organizamos um movimento...

M.M. – Vocês trabalhavam para o estado e não tinham nenhum tipo de estrutura?

I.P. – Nada. Não. Nós éramos a título precário, e com isso, nós tínhamos que arrumar a infra-estrutura para dar aula, aqui, na cidade de São Paulo. Então, por exemplo, nós dávamos aula ou numa área de igreja, quando tinha, ou nós mesmos, com nossos salários, alugávamos barracos (no fundo, era isso que dava) e montávamos, pedíamos carteiras e material, e montávamos as escolas. E a merenda escolar éramos nós mesmos que dávamos. Éramos um grupo de professoras que fazíamos isso. E nesse ponto aí, organizamos um processo de reivindicar escolas, prédios escolares, porque, no fim do ano, as crianças ficavam sem referências; os documentos se perdiam, e a pessoa não sabia como voltar; então, a partir disso, a gente pegou o princípio da Constituição que obrigava os pais a porem os filhos nas escolas e então a gente começou a contestar por que o Estado não oferecia essa estrutura de escola. E foi a primeira vez que a gente fez uma organização de movimento social com quinhentas pessoas, por exemplo, com vinte e cinco bairros, que, naquela época, era impensável uma coisa dessa. E aí nós organizamos essa chamada assembléia e colocamos em pauta essa necessidade das escolas e chamamos o poder público para ir. Claro que eles não foram. E aí nós começamos a articular, aonde nós íamos encaminhar nosso pedido. Então fomos à Assembléia Legislativa e conseguimos uma parceria de compreensão da história, nesse momento, muito importante, que era uma professora chamada Maiume, uma arquiteta, que estava na Fundação...

A. F. –Maiume Souza Lima?

I.P. – Maiume.

A. F. –Souza Lima?

I.P. – Acho que era. É uma japonesa. E ela então...

A. F. –A gente tem esses documentos dela lá na Fundação.

I.P. – Tem? *Legal*. Ela foi uma pessoa muito importante, porque, dentro do sistema, ela viabilizou a construção das escolas; e a gente conseguiu vinte e cinco escolas estaduais naquela região, porque a demanda era total, não tinha nada. Então, foi uma conquista. Aí depois, nós continuamos a debater a questão da educação, que era o conteúdo da educação. Mas aí não deu

muita sustentabilidade. E foi por isso que tem o Instituto de Tecnologia Social, hoje. Até, depois, eu posso colocar esse pedaço aqui. Bom. Esse grupo que se reunia e fazia análise de conjuntura fez dois processos importantes. Foi a educação popular, e dela veio a alfabetização, mas dela também veio a organização das mulheres. E na organização das mulheres, nós começamos com grupo de mulheres chamado Clube de Mães. Os clubes de mães era uma atividade que a gente fazia às quintas-feiras, à tarde, e fazíamos em todos os bairros onde tinha uma militância, isso ia sendo feito. E nós tínhamos uma atividade em duas partes: duas horas de debate sobre alguma questão, fosse saúde, educação ou seja lá o que for, e depois nós fazíamos trabalhos manuais. Com esse grupo de mulheres foi que nasceu uma contestação, que uma vez... Nesse grupo de educação e de mulheres tinha duas pessoas que são marcantes, que é o Santos Dias da Silva, que era um operário, e a mulher dele, Ana Dias. O Santos era da Pastoral Operária e a Ana, do grupo de mulheres. E aí surgiu no grupo de mulheres, no Jardim Herculano... não, no Jardim Alto da Riviera – uma idéia de fazer uma carta de protesto ao governo, dizendo que o custo de vida estava muito alto e que não dava mais.

M.M. – Aí que começa o movimento...

I.P. – Do custo de vida.

M.M. – Contra a carestia, não é isso?

I.P. – Mas era custo de vida, para nós. E por que era custo de vida? Porque, depois, houve todo um problema sério, político, com mudar o nome, Movimento Contra a Carestia, e por trás havia todo um debate da... que era muito imbricada. Era um debate se aquele movimento era político ou não era político; era só reivindicatório, não era reivindicatório, se por trás tinha partidos políticos clandestinos ou não tinha. Porque nesse período todo, nós sempre trabalhamos muito abertos, com muitas pessoas, e nunca se pediu a carteirinha de ninguém. Porque era um período que nos... nos permitia isso. Nós sabíamos que tinha gente informante e esses informantes estavam lá em nome... não sei do quê, mas também tinha militantes muito sérios; e também tinha gente militante de partidos políticos, como o PC do B, no caso, e tínhamos também gente militante da AP; e nós éramos apenas militantes de comunidade. E nesse debate do Movimento Contra a Carestia, a gente faz todo o processo do abaixo-assinado, de movimentações, é a primeira vez que a gente toma praças, vai conversar com as pessoas na rua, vem para praça da Bandeira, vem para a praça da Sé, começa a questionar na rua...



M.M. – Isso é 77?

I.P. – O cume dele foi setenta e... 77 foi a última assembléia da praça da Sé. Em 77-78, foi entregue a carta ao Figueiredo. Quer dizer, tentativa de entregar a carta ao Figueiredo. Então acho que esse movimento foi marcante. Foi marcante por quê? Porque ele... Hoje, revendo um pouco, ele foi um movimento que nos posicionou perante os problemas, ele desmistificou a visão de que a gente tinha que cuidar da vida eterna, não precisava cuidar da vida terrena – então, vida terrena e vida eterna é uma coisa só, corpo e alma é uma coisa só do ser humano, a questão de que as coisas nossas e as coisas do governo tinham a ver, então unificou, quer dizer, essa história de sociedade dependente, de pessoas dependentes, os pais dependentes dos filhos, os alunos dependentes dos professores, nós dependentes do governo, não é, ou então o operário dependente do patrão. Essa coisa da dependência começou a ser questionada. E a gente foi construindo caminhos de romper essas barreiras e dizer – espera aí, nós também somos cidadão, nós também temos opinião, nós também somos parte. Quer dizer, foi todo um movimento que foi construído a partir de busca de soluções de coisas muito concretas. Então era o custo de vida, era a escola, era a creche, era a iluminação, era a casa, o movimento de habitação... Todos os movimentos possíveis e imaginários. E sempre era assim, quer dizer, era o confronto entre a sociedade e o poder instituído. Essa era a dinâmica que a gente seguiu de 68, na década de 70 inteiro, aí, na marca do 74 teve uma marca, que foi começar a discutir a política: por que a gente vota? Então nós, pela primeira vez, já começamos a recomendar alguém para votar em alguém. E na época até, era o Alberto Goldman o candidato que a gente apoiou na época. Em 76, nós discutimos mais assuntos: o que era política, o que era partido, o que era o papel de um vereador, por que escolher esse tipo de candidato. E de 78... 76, então, a gente também escolheu pessoas para votar. Nessa época até, quem foi apoiado foi um candidato a vereador que era do PC do B. E aí, em 78, houve a decisão de que eu deveria sair candidata a deputada estadual.

M.M. – Aí você foi se aproximando do MDB, nessa conjuntura.

I.P. – Então. Esse movimento social amplo, e ele era sempre articulado com muitas entidades, com muitas instituições, muitos bairros, a gente se reuniu em sessenta e três entidades, na Capela do Socorro, e houve a decisão uma decisão de se lançar candidato; e lá, foi uma representação do governo do MDB, que era a representação do Quércio, Montoro, e aí se decidiu a pedir a legenda para um candidato a deputado federal, um candidato a deputado

federal, e a gente apoiaria o Fernando Henrique como senador porque o Montoro já estaria eleito, na época, ele estava muito bem, e a gente queria fazer o primeiro e o segundo senador. Então eu fui indicada como deputada estadual. Mas aí teve um problema sério porque, como eu não era militante de partido, as pessoas achavam que tinha que ser uma pessoa de confiança do PC do B, e como nós não tínhamos nenhuma ligação partidária, nem com o PC do B, o movimento falou não, a nossa candidata é a Irma, e o Aurélio Peres foi pelo... O Aurélio era mais identificado de militante do PC do B. Mas eu não. E aí eu fui eleita deputada estadual na época.

M.M. – E como foi essa experiência? Sair dessa movimentação social para fazer uma política dentro do Legislativo, ligada a um partido oficial?

I.P. – Primeiro, a gente tinha claro para a gente que o essencial era continuar o movimento popular. Que a gente estava militando no partido porque era o caminho possível. Nós já tínhamos tido gente que foi torturada, foi presa, foi morta, então nós sabíamos que nós não íamos fazer uma revolução, assim, por conta da luta armada; e que cabia o caminho da política. E quando eu entrei na Assembléia Legislativa, a minha participação na Assembléia sempre vinha com gente trazendo as reivindicações que eram dos movimentos populares; então, essa época, nós tínhamos uma resistência horrível. Nós tínhamos alguns deputados – que acho que até morreram, não sei, mas – um deles era o Manoel Sala, por exemplo, e Oscar Yalsbeck, eles subiam na tribuna e faziam um terror contra a gente, que dizia assim: “Não, a Irma veio para cá e agora trouxe os maltrapilhos, os desgravatados aqui para dentro.” Então, assim, para eles, era um escândalo gente do povo entrar na Assembléia Legislativa, aquilo era inconcebível para eles. Aí teve um outro marco. Havia toda uma discussão sobre a merenda escolar, por exemplo. Então, em vez da gente... E havia corrupção, etc., desvio, e nós, como professores, sabíamos que chegava a merenda escolar, era um chá com uma bolacha seca e acabou. E tinha uma mistura, uma merenda lá, que era um pote de alumínio totalmente horrível, em que se fazia um sopão lá e que se dava para as crianças. Um gosto horrível. E os donos que fabricavam aquilo, tinha toda uma corrupção atrás disso. E uma vez, eu levei a sopa para a Assembléia Legislativa; e havia acabado de instalar um lanche, assim todo chique, no café dos deputados. Eu levei aquele panelão com aquela sopa, com aquele pote, e disse: olha, é bom que vocês experimentem a merenda que a gente está questionando. Então aquilo foi um chacoalhar. Foram gestos que chacoalharam o poder legislativo. E nessa época, era uma época muito boa,

porque era uma época que o Poder Legislativo do estado tinha muita visibilidade; o Maluf era governador, e a visibilidade política era São Paulo. São Paulo que foi o elemento dos grandes questionamentos, que seria o começo de toda uma discussão das diretas já, da participação, etc. etc.. E aí nós, junto com Suplicy, o Marco Aurélio Ribeiro, o Sérgio dos Santos, o Geraldo Siqueira, fomos eleitos deputados e começamos a discutir o partido. Nós estávamos no MDB. E estava tendo a articulação dos outros partidos. Primeiro teve uma discussão muito difícil com o movimento popular. E o pessoal do Aurélio Peres achando que nós íamos trair o povo e íamos trair toda uma visão de história se nós fôssemos para o PT. E a gente falou: mas nós não temos compromisso com o MDB. Nós sabemos que o MDB era apenas um instrumento para nós. Se agora tem um partido que tem mais a cara da gente e que a gente vai construir junto, pela expressão do movimento popular e operário, etc., então nós temos que construir o PT. Então houve um rompimento entre o grupo que, aparentemente, era MDB mas era PC do B e nós que éramos das comunidades de base. Então nós fomos construir o PT e o...

M.M. – Vocês já tinham contato com os sindicalistas do ABC a essa altura dos acontecimentos?

I.P. – Em toda a história, desde 71, nós tínhamos o trabalho do movimento popular e o trabalho da pastoral operária, então eu era coordenadora também, eu participava da pastoral operária. Então nós tínhamos atividade da pastoral operária questionando a oposição sindical de São Paulo, que era o Joaquinzão e que estava eternamente aí como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O custo de vida, ele trouxe duas discussões, ele trouxe a discussão do custo de vida e dos salários. Então, a questão do salário pegou mais na pastoral operária e na oposição sindical. E aí muito movimento do custo de vida aqui repercutiu também em, primeiro, em Osasco, nós tínhamos em Osasco toda a oposição, a pastoral operária em Osasco era muito significativa e começou a fazer todo um questionamento e começou a sair, o movimento ficou mais público em Osasco. Aí, a questão da oposição sindical em São Paulo e depois a oposição... e depois, claro, ABC. No ABC, a gente começou a conversar quando falava do movimento do custo de vida e quando falava também da oposição sindical e na construção sindical. Esse diálogo ia permeando via... Eu acho que o fio condutor sempre foi a igreja, a pastoral, as comunidades e assim por diante, e não o partido político. Quando começa a se discutir uma alternativa política de partido, eu participei de algumas reuniões para construir o Partido Socialista, que no começo queriam dar o nome de PT, com Fernando Henrique, esse pessoal

todo. E aí depois, decidimos construir o PT, então fomos fortalecer de fato... Eu me desvinculei do MDB e comecei a participação, desde a fundação, no PT.

M.M. – E você teve uma aproximação com as greves do ABC?

I.P. – A primeira participação das greves era as greves de São Paulo. Tivemos umas greves muito ferrenhas aqui, foram horríveis. Foram greves que a gente teve que enfrentar a cavalaria, o exército, as imagens, que acho que deve ter, não sei se vocês ouviram algumas pessoas já sobre as greves de São Paulo, onde um estudante foi morto e que ocuparam o Socorro e que nós fomos enviados para dentro da igreja lá, com bombas e gases, etc., assim como a gente teve esse processo do movimento do custo de vida na praça da Sé. Essa questão, ela... Desculpe. O que você tinha perguntado? Me perdoe.

M.M. – O seu envolvimento com as greves do ABC.

I.P. – A nossa relação era direta com as greves de São Paulo, na oposição sindical aqui. Quando começou a greve do ABC, eu já era eleita deputada, isso em abril de 1979, minha filha nasceu, eu estava grávida de nove meses, eu até tenho uma foto na frente da Volkswagen, porque daí eu e os deputados do PT fomos dar solidariedade aos operários do ABC.

M.M. – Do MDB. Ainda era MDB.

I.P. – É. No início, sim. E aí nós fizemos piquetes para poder contribuir para que o pessoal não fosse reprimido entre aspas. Então eu tenho uma foto, grávida de nove meses, na frente da Volkswagen, onde eu estava na frente da cavalaria e na frente tinha os operários. Isso, às quatro e meia da manhã. Então eu e todos os deputados, Suplicy, etc., éramos solidários, permanentemente, com todas as greves do ABC e nessa resistência e nessa construção operária do ABC também.

A. F. –Irma, nessa sua trajetória anterior, que você fala que saiu da vida religiosa mesmo para fazer esse trabalho de base, você fala que a igreja era a força motriz. Como é que era, ao longo desse processo todo, a relação de vocês com a hierarquia da Igreja, com a diocese, que é um período também de muitas mudanças.

I.P. – Nós tivemos uma experiência muito rica, muito boa, que era um pessoal – hoje, a gente chama Teologia da Libertação mas, na época, era toda a militância a partir dos documentos do Vaticano II. E tinha um senhor chamado monsenhor Ângelo Giangnola, que

era o bispo da administração regional de Santo Amaro e que pegava todas as paróquias do Ipiranga até BR-116. Ele era uma pessoa fantástica. Ele que coordenava esse trabalho, e eu fazia parte, de formação catequética. Esta relação da Igreja era difícil até ter a chegada do dom Paulo. Quando dom Paulo chegou, aí ele assumiu...

M.M. – Em que ano ele chegou?

I.P. – Meu Deus!

M.M. – Depois a gente vê.

I.P. – Nós tínhamos antes o dom... Como é que chamava o bispo anterior a dom Paulo? Que era de extrema direita. Aí chegou dom Paulo. Ele participava das reuniões, ele ia até os bairros com a gente, ele visitava as comunidades, então mudou muito. Ele era uma pessoa que incentivava muito. E aí nós tínhamos também um padre Luis Giuliani, que era um italiano, que era da paróquia da Vila Remo, aí no Jardim Ângela, depois teve outros padres, que eram os padres irlandeses, lá no Embu das Artes, e tinha outros padres, franceses, italianos, etc., que faziam parte dessa articulação; padres americanos, lá da Cidade Dutra. Então, esse grupo todo, era um grupo que discutia, que pensava política e pensava a ação, que era a questão da salvação aqui e agora, e não só depois. Era uma formação humana, social, religiosa, não é, sempre e ao mesmo tempo junto, fazendo uma síntese. Mas a nossa força maior foi esse padre Ângelo Giangnola, depois o dom Paulo Evaristo Arns, depois teve o dom Fernando Legal, que era ali da cidade de Leonora, ao lado do aeroporto de Congonhas, e depois veio também o dom Mauro Morelli, mais tarde, depois. Nós tínhamos muito trabalho com dom Pedro Cavaldaglia, nós tínhamos muito trabalho com os bispos todos dessa região. Tinha o padre... o dom Picão, que era de Bauru, que tinha todo um trabalho de educação, que também foi uma pessoa que marcou muito a questão do compromisso da Igreja com a realidade. Ele cuidava muito disto. Então, nesse ponto, foi fundamental. Sem isso era impossível fazer qualquer movimento social, qualquer resistência, qualquer avanço, qualquer— entre aspas— salvação aqui e agora, se a gente não tivesse tido essas pessoas na articulação.

M.M. – Nesse quadro, então, ter deixado o hábito e passado a essa militância digamos laica não representou nenhum trauma maior, foi um processo quase que natural.

I.P. – Exatamente.

M.M. – E não havia também nenhum conflito maior com a hierarquia da Igreja.

I.P. – Não. E pelo contrário. A congregação passou a assumir também a gente nos trabalhos da gente.

A. F. –A congregação dava um respaldo.

I.P. – Deu. Deu.

M.M. – Mesmo aquelas irmãs que continuaram na congregação davam suporte para vocês.

I.P. – Davam. Davam. Porque daí nós passamos a trabalhar, nós mesmas trabalhávamos, eu era professora, a outra era... era um grupo de religiosas que foram para o bairro, não é, uma era enfermeira, três eram professoras. E nós mesmas começamos a nos sustentar. Mas o trabalho da pastoral era assumido absolutamente voluntário o tempo todo, então elas contribuía também com isso, sem nenhum rompimento, sem nenhum problema.

A. F. – A gente estava conversando um pouco sobre isso com o Airton, agora. É pequeno número de pessoas que entrou em contato com o PT já sendo parlamentar, tendo uma vida política. E ao mesmo tempo, no seu caso, tendo essa militância social muito forte nesse período. Essa adesão à idéia do PT, você falou, antes de participar da discussão, daquela primeira idéia de um partido socialista mais amplo e tal, para você foi claro isso, foi tranquilo? Você teve alguma dúvida em relação a se era mesmo o rumo a seguir, se era criar um partido com esse perfil ou não?

I.P. – Toda decisão que a gente tomava era com participação de muita gente. Eram muitas pessoas. Eram gente assim... de centenas de comunidades. Quando nós examinamos essa possibilidade de estar surgindo o PT e a gente ajudar a fazer o PT, foi uma tomada de decisão coletiva muito pesada, aqui. Em Campinas, por exemplo, tinha uma organização chamada Assembléia do Povo. E lá, nós reunimos todo mundo e dissemos vamos ou não vamos? E foi uma decisão coletiva sempre. Apesar de, quando eu entrei como deputada, eu sempre dizia e digo sempre que a gente passou a se sentir assim como leproso na igreja, porque... não, então, agora, é a política que vem. Então... E mesmo tendo mantido, permanentemente, um trabalho intensíssimo do movimento popular, social, fazendo partido, filho pequeno e parlamento, era uma ação *exaustiva*, de vinte e quatro horas por dia, dia inteiro, ano inteiro e assim por diante. Mesmo assim, a gente sentia que a igreja, de repente, viu a gente como político eleito, então, um certo grupo, a gente passou a ser visto diferente. E para o lado do partido, nós éramos os

basistas, os papa-hóstias, não é. Então, nós tínhamos um questionamento de todos os lados. Era muito complicado para a gente. Aí quando eu fui... Porque eu fui secretária de organização do PT, então eu fui formando as comissões provisórias do partido no estado de São Paulo. E era tarefa  *muito* difícil. Porque como a gente chega no interior... se aqui já era difícil, a gente era chamado de comunista, revolucionário, não sei o quê, indo para o interior, como é que a gente ia formar os... não me lembro quantos municípios era a base mínima. Eram cento e vinte e poucos municípios em que nós tínhamos que organizar o PT. Era um trabalho insano. Mas sempre foi via ou o pessoal operário que tinha saído de São Paulo e foi para o interior, especialmente do ABC, ou eram militantes, e aí não só operários, mas militantes professores, muitos do interior, eram militantes de movimento da igreja, e a partir disso é que a gente foi identificando as pessoas; e aí eu fui, como Secretaria de Organização, fazendo o PT acontecer. Mas sem nenhuma estrutura, sem nem um tostão. As pessoas é que acolhiam a gente na casa deles, a gente dormia na casa deles, comia na casa deles, às vezes não tinha nada para comer, inclusive, muito dos militantes, era muito difícil. Então, nós construímos o PT assim, nessa forma. Depois, também, eu fui na organização do PT nacional. Eu fui para o nacional também... Aqui, a minha estrutura era a estrutura do meu mandato. O carro do meu mandato... E foi isso que a gente foi construindo a política.

M.M. – Quer dizer, essa estrutura legislativa funcionava um pouco para ajudar a conseguir algum recurso, ter uma estrutura... tinha o carro, correio, telefone.

I.P. – Claro. E depois também, era aquela coisa, os eleitos tinham que dar trinta por cento do seu salário, direto. Então a gente já dava diretamente. Mas, ao mesmo tempo, todas as despesas que a gente tinha eram por conta da gente. Depois, no nacional, foi a mesma coisa, quer dizer, fui organizar em vinte e seis estados, o número mínimo de municípios, aí também fui eu que fiz a parte de organização nacional do PT. E quem me ajudou em nível nacional foram algumas pessoas muito, muito importantes, que eu acho que são pessoas históricas, que é o Carlos Eduardo Zanata, de Brasília, o César Alvarez, que estava lá no Sul, também. E aí tinham os militantes nos níveis regionais, no Piauí, no Ceará, em Rondônia, no Acre; e assim a gente foi fazendo o PT no Brasil inteiro. Mas absolutamente à custa do esforço de cada indivíduo, em cada lugar, com recursos próprios, assim... foi um nascer das forças que cada um tinha para fazer acontecer.

M.M. – Bom. O PT é criado. A senhora participou da reunião no Colégio Sion?

I.P. – Sim. Como fundadora. Eu e meu marido.

M.M. – Seu marido também era militante.

I.P. – Era, era militante. Ele também era professor. Ele também foi fundador do PT. Mas eu já era casada na época.

M.M. – E o que a senhora lembra desse dia? Nós estamos pedindo a cada depoente para falar um pouco dessa reunião, desse dia. Cada um lembra uma coisa.

I.P. – É. Para mim foi um coroamento. A gente chegou lá, tinha aquele monte de gente no Colégio *Des Oiseaux*, Foi assim uma assembléia de alegria, de festa. Para mim, é essa a imagem que ficou, que marcou. E aí, a filiação, o manifesto, e assim por diante. Então foi assim como se fosse resgatar a história da gente, e um coroamento, de dizer: bom, nós estamos legais, nós existimos, nós temos direito de estar aqui. Acho que isso foi muito a marca disso. E aí tinha muito claro para nós assim, um pessoal que era o sindical, um pessoal que eram os intelectuais, os chamados, e nós do movimento popular; essas três composições, para mim, era sempre muito claro, essas três forças no partido.

M.M. – E como era a relação do grupo mais católico das comunidades eclesiais com as tendências de esquerda que eram vinculadas a organizações e que tinham uma outra orientação política?

I.P. – Com muito sofrimento. Era um horror. [risos] Muito.

M.M. – Eu li um artigo seu aqui, nesse material que a gente levantou, uma discussão sobre socialismo, comunismo. Você vai lá e volta a Marx, e a questão do mercado, uma coisa de mostrar... Lembra disso?

I.P. – Não lembro. Eu só tenho assim... Porque, como Secretaria da Organização, a gente preparou as primeiras convenções. No dia da convenção, (eu não sei se ele se lembra) aquele menino que era do... Flávio Gutierrez, Flávio Andrade, ele chegou lá em Santo Amaro... E eles não tinham conseguido fazer uma chapa; então, a gente tinha eleição, e nós tínhamos uma caixa de papelão, que era a tal da urna para pôr os votos. Nós tínhamos uma miséria de estrutura. Aí, preparamos a eleição, ele chegou lá, ele rasgou aquelas nossas cédulas, rasgou a caixas, falou: aqui, não tem convenção coisa nenhuma! – e foi embora. Então, o confronto com eles, com...



A. F. –É emblemática mesmo. Ainda mais feito por um burguês. [ri]

I.P. – É. A gente nem sabia muito bem que ele era Andrade Gutierrez, o que significa isso atrás disso. Mas foi muito simbólico isso. Ele aí queria nos arrasar. É como se nós tivéssemos... não sei, fazendo o quê? Não sei. Mas, não enfrentava o debate. Foi lá e destruiu. Então isso era assim... a marca dos confrontos eram aquelas reuniões intermináveis, e debates e debate... E a gente vinha do pão nosso, da necessidade prática. A gente queria resolver os problemas. Então, essa coisa da teoria e a prática, ela ficou muito difícil. Nós vínhamos da prática para discutir a teoria... Me lembro assim. Lá atrás, quando da década de formação da oposição sindical, nós levantávamos às cinco horas da manhã... E teve um grupo de pessoal de PT que foi morar lá no bairro – eram engenheiros, gente assim, muito *legal*, que foi morar no bairro porque queria fazer o processo da mudança junto com a gente. Então eles queriam que a gente lesse Marx, e a gente lia a Bíblia. [risos] Era muito complicado. Então a gente fazia os encontros, então tinha todas as (músicas), que eram as históricas aí também; mas o debate teórico a gente não conseguia compreender, nós não tínhamos estrutura teórica para compreender aqueles textos difíceis. A gente compreendia muito bem o que é que era os profetas, os... as mulheres lá, a Erodite que mata ( ) porque... A gente compreendia muito bem isso. Mas entender a teoria econômica, os documentos, ah! – para nós – era inconcebível. Então a gente fazia a nossa reflexão bíblica, depois a gente fazia as reuniões deles.[risos] Mas era um período muito rico, muito bom. Um pessoal muito... A ousadia dessa juventude, que era muita gente do IPT da USP, era fantástico. Tinha médicos, tinha engenheiros, que iam, que discutiam, ajudavam a gente a construir... O próprio – hoje, o prefeito de Diadema, o atual prefeito... Desculpe, não estou lembrando o nome dele.

A. F. –O Felipe?

I.P. – Felipe. Ele era engenheiro. E ele é que ia nas comunidades para desenhar as igrejas, porque eram... construção de igrejas. E a interação dele era plena, totalmente junto com a gente. Teve um casal de engenheiros, um era químico e o outro era engenheiro na área eletroeletrônica, foi morar no bairro. E aí, claro, deu problemas, deu confusão depois; quando eu fui para o PT, deu problemas, dividiu. Mas eram pessoas absolutamente comprometidas com uma visão de mudança da história. E o diálogo era muito *legal*, era muito bom. Os confrontos vieram no movimento custo de vida, quando era custo de vida o movimento contra a carestia. No momento que a gente optou pelo PT, e eles mantiveram o MDB, aí houve

acusações muito pesadas de traições, traição (secular), traição histórica, pa-pa-pá, mas depois a maioria dessa também veio para o PT. Está todo mundo aí junto, no PT.

A. F. – O pessoal que era do PC do B.

I.P. – Isso. Eu me lembro do Guedes, (Luís) Guedes, o ministro da Agricultura. Ou do próprio prefeito de São Carlos, o Nilton Lima, era uma pessoa militante lá no nosso bairro, nessa época. Ele era também da USP.

M.M. – Bom. Passado esse momento...

I.P. – Agora teve uma coisa, que eu acho que é muito bom colocar, uma coisa que me marcou muito na formação do PT. Era a militância do pessoal da área rural. Eu visitei as comunidades nesse fim de mundo, por exemplo, uma viagem que a gente fez para o Araguaia, que foi muito simbólica; até com o Manoel da Conceição, não sei se ele contou para vocês. A gente foi para Gutenópolis fazer uma manifestação de reforma agrária. E as casas das pessoas eram queimadas, as famílias eram queimadas dentro das casas, porque tinha que limpar a área para vir o grileiro e vender as terras. Então, esse pessoal que foi formando o PT, que encontrou no PT uma esperança, lá em Porto Nacional, por exemplo, na época era Goiás, agora é Tocantins, mesmo em Rondônia, no Acre, eram militâncias assim... fantásticas, gente muito significativa, e que deram, arriscaram a vida, separaram das mulheres, muitas vezes, perderam o emprego – porque no interior era muito difícil, se você começava ser militante do partido você era demitido – então essas pessoas deram a vida para a construção desse partido. Então, quando vem uma crise dessa do ano passado, é incompreensível para as pessoas – a gente pagou com a vida, como é que acontece um negócio desse? Por isso que muita gente nesse momento preferiu ir para o PSOL ou não ir para coisa nenhuma, não é, e mesmo no interior aqui de São Paulo, procurando outras saídas, porque não consegue se compreender como é que é, um processo de história, nós somos testemunhas de cinquenta, sessenta anos de História, mas essa história demora para se fazer, até chegarmos. Mas é muito conflituoso, traz muito sofrimento, traz muito desgaste.

M.M. – É. Muita decepção também.

I.P. – É. E também, o partido, houve uma tentativa, no começo, da gente fazer cursos de formação política, etc.; mas tinha que ter uma formação diferenciada, os chamados intelectuais tinham mais facilidade, os militantes dos grupos de dentro do partido, eles se reuniam e liam e

liam e liam e eram mais rápidos, e nós tínhamos que ter um outro tipo de formação. E aí, claro que a gente não conseguiu acompanhar ao mesmo tempo, e aí teve um certo momento que... e é dolorido falar isso mas, por exemplo, a questão de certas pessoas que ocuparam a Secretaria de Organização Nacional, a Secretaria Geral do Partido, achavam que só podia fazer isso passando pelas cabeças dos outros. Isso também foi ruim. Não soube administrar a construção do movimento popular junto aos partidos. Eu acho que os sindicalistas conseguiram se estruturar e se fortalecer e se manter; mas o movimento popular se perdeu. E ele não tem expressão no partido. Esse mundo não ficou... Assim como os intelectuais, eu acho que ficaram muito sem papel, agora, especialmente, na hora do poder do governo... do governo, não do poder.

M.M. – E como é que foi essa decisão, em 82, de se candidatar para deputada federal? E a própria campanha agora, que já era um outro momento, o PT já estava fundado, já tinha...

I.P. – É, estava fundado, mas faltava toda uma organização nacional, não é. Eu acho que foi natural, porque o Airton Soares era deputado, a Beth Mendes foi também candidata nessa época, aí nós tínhamos o menino lá do... o Eudes, do Rio, tínhamos o deputado do Mato Grosso, então, aqui em São Paulo, era natural que algumas lideranças fossem para federal e abrissem um pouco de apoio para os estaduais. Então, para mim, foi tranquilo. Claro que foi conflituoso por conta dessa aliança que nós tínhamos – entre aspas – com Aurélio Perez, que era PC do B. Então, todo mundo que votou em mim votou no Aurélio, quem votou no Aurélio votou em mim; e agora, eu era PT e fui para federal, ele era PC do B e era federal; ele não se elegeu, eu me elegi.

A. F. – E o voto era vinculado.

I.P. – Voto vinculado. E foi uma campanha mais ou menos tranquila para mim, porque eu tinha a organização do partido inteiro, andava pelo estado inteiro, o movimento popular o tempo todo, então eu não... Eu não gastei dinheiro. Eu fiz uma campanha, e paguei as dívidas durante o processo de mandato seguinte. Mas a campanha política era absolutamente assumida por todos os militantes.

M.M. – É. E era uma coisa um pouco artesanal, não é.

I.P. – Totalmente.

M.M. – Vendiam brochinho, camiseta...

I.P. – Não, e tinha gente que fazia cédula em papel de pão e dava para as pessoas.

M.M. – Eram outros tempos.

A. F. – E você tinha essa rede de apoio das próprias comunidades da igreja mesmo. Onde a Igreja era progressista...

I.P. – Também. É. Agora, já nessa federal, já a Igreja dizia: espera aí, partido ali, nós aqui. – começou a discussão, e eu acho que foi natural. À medida em que você tinha uma ditadura militar e que só uma oposição organizada, articulada, única, a Igreja foi o grande guarda-chuva. Na hora que nasce o PT, aí – espera aí, o partido tem que se virar lá, então – militante é militante e católicos e a militância da Igreja é outra coisa. E aí começou também, claro, criar problemas também. Mas, de certa maneira, foi uma sustentação, que me elegeu outras vezes; não só, mas também.

A. F. – E a experiência parlamentar? Você tinha experiência parlamentar no estado, mas é um clima bastante diferente porque, você está no local, mantém uma relação mais direta; é muito diferente do ambiente de Brasília. Muitas pessoas comentam da dificuldade, um certo choque, de entrar naquele mundo.

I.P. – Bom. Primeiro que, no estado, já era extremamente difícil. Eu já dei o exemplo a vocês. Mas ao mesmo tempo, a provocação... Engraçado. Eu tive uma assessora na época, que era a Ida... Ida?... Meu Deus! Ela era uma militante, que ficou exilada e depois voltou, e ela também me assessorou na Assembléia Legislativa. Quando vinham esses ataques, ela dizia: “Não responde. Não é por aí. Vai fazendo o seu trabalho que é melhor.” Então a gente tinha uma militância de fazer... não tinha a capacidade, talvez, de elaborar projetos legislativos mais fortes. Porque também, na época...

M.M. – O espaço era muito pequeno.

I.P. – E também a estrutura era da ditadura militar, então você tinha que refazer tudo, que era a tal da Constituinte. Então, fazer leis como? Para quê? A não ser diretas já, e assim por diante, não é? Então, o espaço era o debate político, mais do que elaboração legislativa. Por exemplo, uma das leis que eu elaborei, que me marcou mais foi... foram três. Um foi criação do projeto PETAR, que era a defesa da área da Ribeira, o outro foi incluir as mulheres nas pesquisas do IBGE, porque mulheres não entravam, como uma coisa específica, e arborização, de árvores, etc., e também questão de escola, creche, mas era mais como pressão popular. E a

construção do partido é que tomava conta da gente. E o debate político ficava muito em torno da capital, da mudança da capital de São Paulo, porque o Maluf queria mudar de qualquer jeito, então, essa coisa foi muito polêmica, tomou conta, praticamente, do primeiro mandato nosso. Quando eu fui para federal...

M.M. – Queria mudar para onde?

I.P. – Ele queria mudar para Pedregulho, ali para aquela região, não sei, do interior, lá no centro.

M.M. – Não me lembro de nada disso.

I.P. – Não? Ah! foi...

A. F. – Tinha a coisa de criar uma companhia de petróleo, não é?

I.P. – Paulipetro.

A. F. – Paulipetro, e mudar a capital.

I.P. – Aí nós derrotamos. Aí foi o caso que... a minha filha nasceu, e nós éramos, exatamente, eu era o último voto, e aí as pessoas – não, vamos aproveitar, a Irma...

M.M. – Você era deputada estadual.

I.P. – Deputada estadual. Isso. E eu era a diferença do voto. Tanto que eu fiquei na maternidade, oito dias, eu já estava de volta, eles conseguiram segurar o processo, e ele foi derrotado. Mas houve toda uma mobilização da sociedade e da classe média, etc., fazendo com que a gente não aprovasse a lei. Na federal, e eu costumo dizer assim, gente: não há como uma pessoa ser eficaz no mandato político se ele... Só depois de quatro anos. No primeiro mandato, ele não sabe o que é aquilo. Até se localizar nas comissões, como é que se faz um projeto, onde participa... Aquilo é uma Babilônia. As pessoas não sabem. Não têm referência. Então você sair de um parlamento, sair de um mandato, ir para Câmara Federal, você enxergar a nação, você enxergar o papel político de um deputado que representa a nação brasileira, que é um continente, com as variedades todas, precisa, no mínimo, dois mandatos. E aí, ainda tendo formação, todo o debate...

M.M. – Uma experiência política já.

I.P. – Depois que eu saí, em 94, quando não fui eleita, fui fazer uma pesquisa de quais são os interesses que um deputado leva, como é que ele chega lá, o que ele vai defender, como é que ele sustenta, como é que ele constrói a política dele. Eu tenho esse estudo que eu fiz. Entrevistei os deputados, os senadores. Para ver se a gente conseguia enxergar quais são os interesses que vão representados; saber como é que ele vota. O que ele representa? O que é que ele defende? Quer dizer, isso tudo, na nossa época, era uma época muito rica, não é, porque foi uma época de efervescência, de constituinte, etc., então o parlamento, ele tinha um nível de compromisso público, essas coisas. Depois, ele começou a cair muito. Agora eu acho que a gente foi bem no parlamento, assim: tinha muita dificuldade, porque tinha... eu acho que especialmente para mulheres também, porque eu tinha filho pequeno, recém-nascido, aqui, fui para Brasília, tinha o movimento popular, tinha a organização do PT nacional, tinha o mandato para vencer, e todos os deputados do PT eram assim, porque os deputados do PT tinham o movimento popular, o movimento sindical, o movimento sindical e tinha o Parlamento para dar conta. Então era uma atividade sobre-humana que a gente tinha. Mas, ao mesmo tempo, era uma experiência extremamente rica. E nós éramos uma construção de uma oposição ao governo que estava lá; então, era diretas já mas, ao mesmo tempo, era colégio eleitoral... e aquelas confusões todas. Mas eu acho que a gente deu... O PT foi um partido que possibilitou, cada ano era um líder...

M.M. – Você foi líder. Depois da saída do Airton?

I.P. – Fui líder da bancada. Depois da saída do Airton? É. Mas acho que mais duas depois. Não sei se foi logo em seguida. Não me lembro mais. Eu ocupei presidência de comissões, coisa que não existia; para mulheres, inclusive, lá não tinha esse conceito da mulher, de jeito nenhum. Não tinha nem banheiro para mulheres, só tinha banheiro de homem, na Câmara Federal.

M.M. – É. A Benedita comentou isso.

I.P. – E a gente teve toda uma articulação das mulheres aqui, do movimento popular, preparando as propostas para a Constituinte. Então isso foi muito bom, porque daí a gente conseguiu fazer um trabalho organizado. E na Constituinte, eu acho que foi o...

M.M. – Quer dizer, em 86 então, teve nova eleição, você se candidatou, foi eleita, e atuou na Constituinte. Quais foram as áreas em que você atuou na Constituinte? Direito das mulheres?

I.P. – É. Essa foi uma atividade que permeou todas as áreas. Então as mulheres, tanto na educação como nos direitos do Código Civil, onde fosse, nós tínhamos que pôr os direitos da igualdade da mulher. E aí nós trabalhamos suprapartidariamente. Todo mundo. Aí eu fiquei numa comissão de comunicação, como subcomissão, especificamente. Mas que também foi um desastre porque... aquilo veio um pacotinho fechado, não é, dos meios de comunicação, e que deram a receita de como seria. E depois a gente trabalhou a questão da reforma agrária, a questão dos trabalhadores sempre foi o tema específico, e a educação, porque eu era professora.

M.M. – E a campanha eleitoral do Lula em 89? Você participou ativamente?

I.P. – Ah, sim. Em todas as campanhas, permanentemente. Acho que nós tivemos assim... ele foi candidato a deputado na Constituinte, mas todas as campanhas, a gente tem documentos, fizemos sempre juntos, e também eu sempre estava na executiva nacional, então o trabalho sempre foi permanentemente juntos.

M.M. – Depois, 90, você foi reeleita deputada federal. Você teve três mandatos consecutivos.

I.P. – Federais e um estadual.

M.M. – E, em 91, houve uma questão polêmica sua com o governo Erundina, aqui em São Paulo. Houve isso?

I.P. – Erundina? Não sei.

M.M. – Tem uma notícia, que eu vi no jornal.

I.P. – Eu acho que... O que aconteceu com a Erundina? A Erundina, ela conseguiu dar a virada no final, não é. E na posse, a gente tentou ir lá, dizer nós estamos aqui também. E a gente não conseguiu ser parte. Então, nós fomos oposição da Erundina do jeito que a gente era oposição do Mario Covas, e assim por diante.

M.M. – Mas por quê?

I.P. – Porque a gente não tinha canais de diálogo. Então o movimento popular, a gente tinha que fazer a mesma pressão, igualzinho, historicamente. Isso, eu sou amiga da Erundina, e a gente lembra disso. Nós não tínhamos nenhuma facilidade, por ela ser do PT.

A. F. –E além de ser do PT, ela era uma pessoa que tinha uma relação forte com o movimento popular, como parlamentar e tudo.

I.P. – Mas eu acho que o poder é assim. Ele captura, ele captura quem está lá, ele faz uma redoma e não te deixa penetrar. Quem está no poder... O poder, eu chamo de... o poder é privatizado, não é. Então... Agora, por exemplo, ele é privatizado, eu nunca cheguei lá. O Lula me cobra, “por que você não vai lá conversar comigo?” Falei: “E quem é que chega lá?” Mesmo eu tendo sido deputada, participando... eu nunca cheguei perto do Palácio do Planalto, a não ser no dia da posse. Então, na Erundina, a mesma coisa. Quer dizer, o poder, ele é capturado, pessoas que nunca tinham estrela põem uma baita estrela lá – de prata, não é – e toma o poder, e eles dizem quem entra e quem não entra. Com a Erundina foi a mesma coisa.

M.M. – Mas... Até no caso do Lula, presidente da República, uma coisa mais distante, e também, vários acordos partidários, envolvendo outras pessoas; mas no caso da Erundina, isso me surpreende.

I.P. – Mas a Erundina, ela era mais militante sindical. Ela não tinha esse envolvimento popular que a gente tinha aqui em São Paulo. Ela era mais de militância de categoria profissional. Assistente social. Então, ela não nos enxergava, ela não nos entendia, não. Foi guerra o tempo todo.

M.M. – Mas você não era somente uma líder do movimento social, você era uma deputada federal.

I.P. – Mas nenhum de nós tinha acesso, nenhum deputado federal tinha. Ela só perguntava, acho que para todos eles, era a mesma coisa. A gente não tinha acesso.

A. F. –A impressão que eu tenho, no caso do governo da Erundina, é que teve uma quebra de expectativa muito grande, porque ela, na verdade, ganhou a convenção (que foi muito disputada, com Plínio e tal) com um discurso muito à esquerda, na época, o discurso de que ia ter conselho popular consultivo, deliberativo. Quer dizer, ela ganhou com a visão que seria a visão mais de esquerda, conselho popular deliberativo. E depois não teve nem consultivo nem deliberativo, na prática, não houve nenhum... como você diz, não teve canal, não houve a



construção de... como depois surgiu em Porto Alegre, o orçamento participativo, coisas mais estruturadas.

I.P. – Começou-se a abrir caminhos para isso.

A. F. –É. Exatamente. Aquele momento, tinha uma visão um pouco idealizada do que seria possível, e na prática, a máquina...

I.P. – Na prática, o único instrumento era a pressão; pôr gente adoidado lá, como fizemos com o Jânio Quadros, como fazíamos com todo mundo, para conseguir ter o mínimo de diálogo. Era difícil. E aí que está. Eu acho, não sei como é que a gente diz isso, eu posso estar errada mas... A história do Brasil, ela é feita pelas elites, ela é contada pelas elites, e o movimento popular, aqui, ele vai só conquistando algumas migalhas. A gente não é poder. É difícil de fazer uma... Nós não tivemos um processo de educação política mais participativa. Então, essa educação política, ela não consegue se fazer, então, também, nós não tínhamos competência para fazer. Então disseram: “você não têm competência para ocupar cargos.” Isso eu ouvi há um mês atrás, aqui, com... são empresários, são professores da USP, estava eu, estávamos vinte pessoas... vinte e cinco, e um determinado candidato a deputado estadual, que é hoje deputado, falou: “Mas você não têm preparo para ocupar cargos.” Mas os outros têm? O que é esse preparo? Então eu te pergunto, para ocupar cargo, você tem que ter dinheiro? Porque participação popular, contribuir com organização, fazer... isso a gente faz, faz com a vida; a gente não tem dinheiro para colaborar. Então, o que é que falta? O que é que precisa para participar? Quais são os instrumentos? Então essa questão da participação efetiva da sociedade...

M.M. – Dentro da máquina administrativa.

I.P. – E aí, ao mesmo tempo, a gente vê um monte de gente que não tem nenhuma competência ocupando cargos. Não sabe de nada. Então, é um bando de oportunistas, que fazem articulação para ocupar cargos, sem nenhuma competência. Acho que isso é próprio do processo. Mas nós decidimos fazer aqui um curso, chama Inteligência Estratégica na Política, que foi muito bom. Porque... Não sei se você conhecem aquele livro da (Senhora Dinandai). Não? Tem *A Arte da Guerra*, que todo mundo sabe, e tem essa (Senhora Dinandai), é um livro de educação política, estratégia e inteligência na política, e ela – eu não sei se é uma pessoa fictícia ou não, mas é um livro de um jornalista, que diz como essa mulher, Senhora Dinandai,

mulher de um guerreiro que fazia a arte da guerra, observava o marido e dizia: bom, eu quero fazer, mas eu quero fazer com inteligência, não quero fazer com a força. E aí ela mostra, (é um livro muito didático) em doze, quinze capítulos, como é que se constroem projetos políticos e como é que se faz isso. E nós fizemos, aqui, cinco encontros para debater isso aí. E foi muito bom. Porque essa formação política a gente não tem: como é que se constrói projeto, como é que viabiliza projeto, como é que você negocia, como é que você percebe a oposição, como é que... Isso tudo é uma arte. E nós nunca fomos preparados para isso.

A. F. – Eu trabalhei no Cajamar de 91 até 95. Nessa época, em função dos problemas do governo da Erundina, as primeiras dificuldades e tal, a gente começou a trabalhar planejamento estratégico. Aí que surgiu a necessidade de começar a lidar com essas coisas. A gente conversou muito sobre isso com o Gushiken, em Brasília.

M.M. – É. Nós fizemos a entrevista com ele, ele falou muito desses problemas.

I.P. – Ele foi uma das coisas que, agora, o ano retrasado, a gente se confrontou. Porque nós tivemos um processo de construção de tecnologia social, e a gente vem vindo desde 2001. E de repente, ele chama um debate sobre tecnologia social. Eu fui falar com Gushiken: “Gushi, como é que é isso?” E de repente, ele faz um evento internacional –, nós aqui, trabalhando e construindo conceitos, metodologias, com setecentas entidades não-governamentais, do país inteiro, Norte e Nordeste, porque a gente faz essa articulação neste país, construindo conceitos, metodologias, princípios e práticas, redigindo –, e nós não somos chamados para debater. Quer dizer, como é... quem capturou o Gushi? Quer dizer, (vão por conta dele?) eu não sei. Mas ele nos excluiu. Aí criou a Rede de Tecnologia Social, onde os movimentos populares não estão. Esta questão: o que é que tem, no fundo, poder? Nós sabemos fazer política pública? O poder é exercido em nome de quem e como? Então, essa formação é que eu acho que a gente precisa, o tempo todo.

M.M. – Eu não sei, eu até coloco uma pergunta para você. Porque eu acho que estar nesses lugares, é uma impressão minha, significa você ter que partilhar e conviver com pessoas que são muito diferentes de você, que têm ideologias, moral muito diferente, projetos, também, diferentes, e tem que se estabelecer um tipo de negociação com essas pessoas. E eu acho que às vezes, (eu penso, não sei) esses movimentos sociais, eles têm dificuldade de fazer essa negociação.

I.P. – Porque somos ingênuos.

M.M. – Pois é. Ou pega algo e leva de roldão, e aí dança, ou não faz negociação nenhuma, e fica de fora.

I.P. – E também leva.

M.M. – E leva também. Está entendendo?

I.P. – É isso mesmo.

M.M. – Quer dizer, essa arte, no que você pode ceder, o que você pode negociar e o que você não pode, é que eu acho que...

I.P. – Mas aí, negociação é palavra proibida no movimento popular. É entregar a alma ao diabo. Então você não podia fazer.

M.M. – Ah! Pois é. Mas esse eu acho que é um – me desculpe falar mas, – eu acho que é um equívoco, porque não existe democracia sem negociação.

I.P. – Sim. Por isso que a Senhora Dinandai é muito importante. Ela mostra como você tem que fazer. Você não pode fazer um governo sem ter ouvido a oposição. A oposição tem a metade da verdade que você não tem. Você ganhou, mas ela também tem a metade da verdade. E como é que você faz isso?

M.M. – (E ficou ) sozinha, não é.

I.P. – Isso. A outra coisa que eu acho, que é muito *legal* também, que, chegou a eleição do Lula, um deputado federal, que foi do meu tempo, falou assim: “Não se preocupe, Irma, porque vocês ganharam a eleição, e nós governamos.” E é um pessoal ligado aí ao Sarney, etc. etc.. Então... na verdade, eles são cobras criadas, é um pessoal muito... eles sabem fazer a coisa.

M.M. – Sabem tocar a máquina, principalmente.

I.P. – Isso. E eles têm gente nos pontos chave, não é. Outro dia, a gente, conversando com a ABDL, essa associação brasileira de formação de lideranças, a estratégia deles, que foi lá... foi lá formação da Fundação Ford, eles formaram líderes; e, agora, esses líderes estão em postos chave, que também fazem... Quer dizer, é uma estratégia que precisa ter, senão não dá para fazer isso.

A. F. –E de longo prazo.

I.P. – É. E nós do movimento popular achamos que votando e tendo boa-vontade é suficiente. E não dá. Eu acho que o grande problema, mais grave que eu acho, hoje, é a juventude. Porque bem ou mal, no nosso tempo, a juventude debatia, discutia e confrontava. E os jovens hoje não têm esse espaço de formação. Acho que a grande falha, e o preço da História, nós vamos... E nós vamos pagar esse preço da História, de não termos formado a juventude politicamente.

M.M. – Mas será que depende só da gente?

I.P. – Eu acho que também da gente. Não tem jeito.

M.M. – Eu acho que as coisas estão tão difíceis, eu acho que os jovens...

A. F. –Eu acho que tem ciclos também. Tem momentos...

M.M. – Tem ciclos...

I.P. – Olha, eu tenho um filho... Desculpe eu te falar de família mas... Eu tenho um filho que... ele é PSDB puro. Na minha família é assim. Meu pai era de um partido, meu irmão mais velho é absolutamente PP, junto com Delfim Neto, fundador, e o outro meu irmão é PFL. E me proibiram usar meu sobrenome durante a ditadura militar. Você não pode. Você pode fazer o movimento popular, mas você não pode falar que é da família.

M.M. – Qual é seu sobrenome?

I.P. – Rosseto. E aí... Agora, o meu filho fez Harvard, Harvard Negócios, e fez Harvard Política Pública, na Escola de Kennedy, em Harvard também. Ele esteve aqui a semana passada.

M.M. – Executivo tope.

I.P. – Tope. E da área financeira. E minha filha é o contrário, é socióloga, cinema, e assim por diante. Mas ele falou: “Olha, vocês não sabem lidar com a política também.” E ele é PSDB. Eles acham que o grande acerto do governo seria assim... O grande acerto da história do Brasil seria: o PSDB que sabe, tem inteligência, junto com o PT que tem a mobilização social. É essa aliança que dá certo no Brasil. Isso eles defendiam. E duvidavam muito da sustentabilidade e que o Lula ficasse; todos achavam que Lula ia ser cassado nos primeiros meses, porque não ia agüentar a parte de economia, etc.. E ele representava a vontade de quem?

De Morgan Stanley, esses grandes grupos internacionais. E quando ele fez a Escola de Kennedy, ele começou a falar – não, para combater a pobreza, tem que ser assim... A teoria capitalista dele lá. Aí, quando ele falou – não, mas... Aí todo mundo achava... não, não é por aí, não. Ele recebeu uma crítica ferrenha da Escola de Kennedy. Aí ele falou – não, mas olha, dá para fazer o movimento social assim, assim – e deu os exemplos do movimento popular que nós fazemos, a tecnologia social. Aí ele foi bem aceito. Mas, novamente, para eles, essa formação intelectual da juventude... E agora, ele esteve aqui a semana passada e se encontrou com todos os grandes grupos aí internacionais, porque agora ele está num grupo de financiamento para a América Latina, lá em Nova Iorque. Ele trabalha lá. Então eles enxergam... por exemplo, o BNDES não é um banco que deveria existir porque tem os fundos internacionais, que podiam financiar, por que tem o BNDES, que concorre? Então eles nos enxergam aí como país dependente. Eles não querem que o Brasil seja nação, seja continente, não é. Eu acho que isso que foi o grande segredo que o Lula conseguiu levantar, não é? Nós somos uma nação, nós somos um continente. Esse eu acho que foi o grande resgate, que foi o papel do PT. E que a gente não pode deixar morrer. E por isso que mesmo com esse ataque, para mim, de corrupção que – se houve, e se houve, foi pontual, não foi do partido – tem que ser separado, e retomar, porque é uma história, não é.

M.M. – É.

A. F. –Irma, essa tua relação com a questão da tecnologia, que eu acho que começou em 2001, o instituto, mas é uma coisa anterior, não é, de comissões e tal. Como é que começou essa tua relação com o tema da tecnologia?

I.P. – Então. Em 1991, a gente se perguntava como a gente pode fazer alguma coisa a mais. Estava em pleno processo de cassação do Collor. Aí nos reunimos na casa de uma... não me lembro mais na casa de quem foi, estava – por incrível que pareça – Roberto Freire, estava o Marco Maciel, estava...várias pessoas a mais, que eu não me lembro. E a gente decidiu fazer o seguinte. Por que a gente não se pergunta... Por que só investigar corrupção? Por que a gente não investiga quais são as causas e por que esse país não avança? Por que a gente sempre patina, chega um pouco, e não vai? Aí decidimos fazer uma CPMI chamada “causas e dimensões do atraso científico-tecnológico brasileiro no sistema de ensino, pesquisa e extensão”. O Covas foi indicado presidente da comissão e eu fui indicada relatora dessa comissão. E essa comissão foi justamente no período em que o processo argentino estava na derrocada final, entregando

todas as fábricas, eliminando tudo. E nós tivemos depoimentos também de pessoas, intelectuais, etc., argentinos também. E nós trouxemos sempre, para a comissão, pessoas de pesquisa, de ensino, de empresas, de trabalhadores, de políticas governamentais, então sempre eram mesas mistas, para ouvir. Ouvimos o setor automobilístico, a indústria farmacêutica, a indústria naval, a agroindústria, a indústria de informática, então, ouvimos todos os setores. E aí foi dando assim... E visitamos parques industriais. Por exemplo, a questão da Embraer. E a gente se perguntou: bom, a Embraer – tem o ITA, que é o ensino, tem o INPE e o CTA, que é a pesquisa, e tem a Embraer, que é uma empresa, e tem um pólo industrial –, o que falta para dar certo? Faltava uma decisão de estratégia política de financiamento. E de manter isso aí. Então, foi todo um debate, que começou lá, e depois foi, foi, foi... E a Embraer se salvou. Então eu comecei na questão da ciência e tecnologia por aí. Mas sempre procurei fazer boletins pequenos, dizendo o que é a ciência e a tecnologia para as pessoas, o que é a função da ciência. Bom. Quando eu fui presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, eu fui relatora da lei de informática. O primeiro PLANIN. Já era o segundo, quando eu fui relatora, Plano Nacional de Investimento na Área de Informática, que era resquício de um debate que a gente fez no primeiro mandato. E tinha uma pessoa muito interessante no parlamento, que era a Cristina Tavares. A Cristina Tavares, uma pessoa muito séria, muito boa, que fazia toda a discussão da informática na época. Que tínhamos que ter fábrica de software aqui, de computadores, e a Cobra, o papel da Cobra...

M.M. – Reserva de mercado.

I.P. – A reserva de mercado. E assim por diante. Então, a gente foi acompanhando tudo isso. Quando eu fui presidir a comissão, eu me deparei com um projeto de lei que veio dos jornalistas, Sindicato do Jornalistas, que era a lei da tevê a cabo. O que é tevê a cabo? Ninguém sabia. Se perguntasse para um parlamentar, ninguém sabia o que era isso, o que era a tecnologia de cabo. Então falei: bom, se a gente não sabe, vamos procurar quem sabe. Então comecei a fazer essa mesma metodologia, chamar trabalhadores, empresários, pesquisadores, e trazeremos aquilo para discutir, para debater, e fomos conhecendo. Então entendemos toda a estratégia de o como era importante fazer a mudança da telefonia no Brasil; e a tevê a cabo, também ter canais comunitários, universitários, educativo-culturais, canais legislativos, então introduzimos na lei. E aprovamos a lei no finzinho de 94. Aí o Fernando Henrique assumiu em 25, e ele teve que sancionar a lei de tevê a cabo; sancionou favoravelmente. Então o meu

vínculo era... Tinha um problema seriíssimo. Nós tínhamos ações judiciais, quando eu assumi a Comissão de Ciência e Tecnologia, em março de 92... 93, não me lembro, que era uma ação que a Motorola e a Ericson tinham feito contra a Net, para impedir que a tecnologia de telefonia celular chegasse em São Paulo. Um telefone celular no Rio de Janeiro, na época, era vinte mil dólares. Então eu falei: bom, nós vamos ter que desenrolar essa questão. Eu chamei, pela Motorola veio o Roberto Irineu Marinho, pela Ericson veio o embaixador não sei do quê, que estava na Ericson... Não. Pela Net veio o Roberto Irineu Marinho, pela Motorola veio o representante da Motorola. Eu chamei, disse: olha, tem essa questão. Qual é o problema? Aí eu chamei o CPqT, que era o Centro de Pesquisa Tecnológica, falei: o que é o problema? Eu não entendia o que era. Falou: “Olha, é o protocolo chamado 41SB, que é *homing* automático. Você tem o teu celular aqui, você vai para uma outra cidade e vai fazer o *homing* ou não vai fazer. E essa tecnologia, a Net diz que tem, só que ela não provou que tem. Ela foi expulsa de doze áreas nos Estados Unidos, porque é uma competição internacional. E agora, eles dizem que têm, e eles não provam que têm. Então entraram na Justiça.” Falei: “Está bom. Por que vocês não desistem da ação, dá um período de teste, e vê se eles têm ou se não têm.” Esse acordo fez com que a Net contratasse mais cinco engenheiros no Japão e resolvesse esse problema do *homing* automático; que foi testado... se não me engano, essa data eu preciso conferir depois na minha memória. Quando o Ayrton Senna fez a corrida em Interlagos foi testado esse *homing* automático; muita gente, do Brasil inteiro, para usar o celular, foi testado, e funcionou. Então derrubou a tese existente, que não era uma tese de tecnologia, era uma disputa de mercado. Então, a gente conseguia vencer isso com a seguinte questão: eu chamava as pessoas, debatia, mas ia para plenário e registrava o debate, porque logo a imprensa dizia que eu estava a serviço da Globo, estava a serviço de não sei de quê. Acho que é essa coisa, que a gente sempre foi usando, e foi abrindo o debate. Aí as concessões de rádio e tevê. Porque a Comissão de Ciência e Tecnologia é, basicamente, zona de televisão e rádio. Então, o que é que nós fizemos? O Antonio Brito, que foi presidente antes de mim, fez conosco uma norma de procedimento para concessão de rádio e tevê. Debateu-se, eu ocupei a comissão, falei: está bom. Só vai passar por aqui quem cumprir essas regras. Nós aprovamos essas normas aqui dentro. Então tinha que está em ordem, em dia com o Fundo de Garantia, os encargos etc., toda a documentação. Isso foi um horror para os donos de empresa, porque ninguém cumpria isso, especialmente o pessoal que era ligado ao Antonio Carlos Magalhães. Mas como era uma coisa legal, foi andando, e a gente conseguiu regulamentar o serviço de comunicação nesse

ponto, tanto da tevê a cabo como da tevê aberta. E a telefonia, foi essa coisa do... romper um pouco as barreiras, e depois, criar um plano nacional. E aí, por conta da SINTEL, do Sindicato das Telecomunicações, dos engenheiros, da FENAGE, o pessoal pediu que eu... eu não fui eleita deputada, não é, porque eu não sei usar... Para mim era muito claro que nós estávamos começando um processo da era da informação; que o conhecimento é que valia. Que não era mais a disputa da terra, não era mais a disputa da área econômica, da indústria, mas era a disputa pelo conhecimento. Mas dizer isso no tempo de eleição... Até, hoje, teve uma pesquisa, a *Carta Capital* fez, sobre os assuntos que as pessoas acham mais importantes. Elas colocam ciência e tecnologia em quinto lugar. Mas aí pergunta: para que é que serve? Ninguém soube responder para que é que serve. Então, ciência e tecnologia, para mim, era importante, as comunicações eram estratégicas, eram importantes, e a gente precisava fazer uma popularização disso. A igreja dizia que ciência e tecnologia desempregava, então você não podia fazer ciência, por causa do desemprego. No PT, a gente nunca conseguia desenvolver muito esse debate, nem na comunicação e nessa ciência e tecnologia. Bom, eu não fui eleita. Acho que a minha linguagem eu não sou traduzir. E eu acho que esse foi um erro. E depois, também, já era o momento de disputa econômica, não é, já tinha que ter muito dinheiro para fazer campanha. Aí era outro assunto.

M.M. – É. Aí já era a conjuntura do Fernando Henrique também, não é.

I.P. – É.

A. F. – Já tinha ex-prefeitos, não é, do próprio PT.

I.P. – Eram outras lideranças. Eu acho que era um outro momento.

A. F. – Outro perfil.

I.P. – E aí a gente foi lá para regulamentar as coisas, a tevê a cabo, a telefonia, para regulamentar a rádio e tevê comunitárias, e aí foi a grande discussão, vai para o governo, vai para o governo – vocês devem ter visto o debate.

M.M. – E como foi para você sair do PT?

I.P. – Ah, foi horrível. Aí eu falei com o Lula, falei com a direção nacional, eles falaram: não; só se você tirar licença. Então... Eu fui lá para uma tarefa específica, não é. E, ao mesmo tempo, eu precisava trabalhar, eu não tinha construído nenhuma infra-estrutura para minha



vida, eu precisava trabalhar. E aí também eu acreditava que as comunicações precisavam ser enfrentadas. Nós tínhamos que enfrentar essa questão.

M.M. – Você acha que o projeto do Serjão foi...

I.P. – Ele teve o mérito de abrir a questão. E a gente fez o programa de...chama PAT, Programa de Ampliação das Telecomunicações no país. Qual foi o erro que a gente não conseguiu fazer o Serjão... Não foi nem o Serjão, gente. Vocês não imaginam o que era o ambiente de controle do Serjão. Era uma coisa faraônica. Ninguém deixava chegar. Se construiu um grupo de lobistas nacionais, com relação internacional, *muito* poderoso, então *nada* passava nisso aí, a não ser o que eles desejavam. Então nós não conseguimos participar de nenhuma reunião. Quando eu digo nós é: eu, tinha o Aparecido, que é do PSDB, não conseguia participar, e tinha mais uns consultores, porque eles não queriam...

M.M. – Mas foi ele que te chamou para ir para o ministério?

I.P. – Foi. Aí eu discuti com Lula, Lula falou: “Então, você se desliga, tira licença, e quando você voltar, a gente te filia outra vez.” E eu fui lá, fiz esse papel, e a gente conseguiu regulamentar as tevês comunitárias, regulamentar a tevê a cabo; e na hora que a gente ia construir um projeto mais estratégico de telefonia, que não era só vender telefone, mas era incrementar a produção nacional de tecnologias de fabricação de telefone celular – e aí tinha uma cadeia produtiva imensa, que era alavancadora de todo um projeto industrial brasileiro –, mas nós tínhamos uma falha, que era a microeletrônica, que nós não tínhamos. Nós dependíamos da microeletrônica internacional. Então nós tínhamos uma indústria ligada à Itautec, em Belo Horizonte, que tinha uma fábrica de microeletrônica, tinha o professor Zucco aqui, também, na USP; mas a gente não conseguia convencer o BNDES, as instituições, de fortalecer, porque nós estávamos no momento crucial do chamado neoliberalismo, que era – nós temos as receitas e vamos ocupar o mundo. Então, isso, era impossível reagir. E aí, claro que nós não conseguimos fazer, a não ser sobrevivência da Embraer, um pouco, não é, e os outros setores. Hoje, eu dei uma palestra aqui, com o pessoal de fabricação de lâmpadas, Osran, por exemplo. Lembra da crise das lâmpadas? O mercado foi pressionado para comprar quantidades imensas da China, e não importam as conseqüências de contaminação do mercúrio, etc. Assim como não importa para a gente pegar as pilhas e baterias jogar no lixo e contaminar tudo, porque a gente não tem a co-responsabilidade de quem é fabricante. Esses lavam a mão. E tem que estar intrínseca à tecnologia, para você não contaminar o meio ambiente. Então eu

acho que toda a ciência e a tecnologia, faltava e ainda falta, mas a gente já conseguiu avançar muito, no Lula, que é pensar que a ciência e a tecnologia têm que pensar em cumprir os princípios da Constituição de resolver os problemas brasileiros. Então, isso nós fomos trabalhando, no governo Lula, nós conseguimos montar uma estratégia, se aprovou a Comissão Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, a CTIS, e por aí nós estamos começando a trabalhar as tecnologias sociais, com envolvimento das entidades não-governamentais do país, etc.; e agora estamos fazendo a tecnologia social para o desenvolvimento local, pegando, mapeando as experiências brasileiras melhores, com mais consistência, chamando teses de doutorado específico daquilo, fazendo encontro de três dias entre quem tem a prática e quem tem a teoria e a tese estudada, reformulando, dizendo: e agora? E se eu aplicar agora, dá certo? Dá. E a gente então tem a experiência da análise de como se faz um desenvolvimento local com tecnologia social; e muda muito. Muita muito. E a gente conseguiu fazer testes aqui em São Paulo, em Brasília, em outros locais, o pessoal do banco Palma faz lá no Ceará, a PAEB faz na Bahia, e assim por diante. Então a tecnologia social, ela já aproximava mais a linguagem da questão social mais clara. Então, esse movimento da ciência, tecnologia e sociedade, ciência, tecnologia e inclusão social, a gente está caminhando mais, agora.

A. F. –Esse instituto aqui é ligado ao ministério?

I.P. – Não. Nós somos uma (UFIT). Aí temos uma parceria com o ministério. Que, incrível que pareça, é PSB. Nós não conseguimos fazer parceria com nenhum na relação com o PT. Nada. Nem com Petrobras, nada. A gente não conseguiu.

M.M. – Mas você se licenciou e não voltou mais para o PT.?

I.P. – Voltei. Foi logo em seguida. Eu saí do Ministério e me refiliei ao partido. Depois, eu fui candidata a vereadora, a pedido, no ano passado, retrasado. E não ganhei a eleição. Acho que Deus me protegeu. [risos]

M.M. – É verdade. [ri]

A. F. –E como é que foi a campanha de 2004?

I.P. – Ela teve um novo choque de realidade em mim. Porque a campanha, ela faz com que você se defronte com a realidade muito crua, muito nua. E eu senti, assim, *muito* forte, o que eu já sentia... Porque, quando eu morava lá no Jardim Ângela e fui eleita deputada, nós já sentíamos o problema de segurança, em 1990. Não. 80. 82-84. Eu fui assaltada cinco vezes na

minha casa. E o assaltante era um cara que morava ao lado de uma creche, nós tínhamos conquistado a creche, e ele queria fazer de lá um depósito de caminhões roubados. Eu sei o nome do cara, etc. Então ele assaltou o vizinho meu e matou, me assaltou cinco vezes, até a gente sair do bairro. A gente chegava na Secretaria de Segurança Pública, o nosso escritório chegava no bairro antes da gente chegar de volta. Então lá, nessa época, já tinha gente do narcotráfico e do tráfico de drogas já infiltrada na Secretaria de Segurança Pública. E então, eu acho assim que... Eu estou falando isso?... Desculpe.

A. F. –2004, na campanha...

I.P. – Então, nessa época, eu já fazia as denúncias na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa já fazia, dizendo que a relação social, se não fosse feito um processo de desenvolvimento, nós íamos chegar nos impasses seriíssimos que nós estávamos sentindo. E eu citava os assaltos que eu tive. Na campanha do ano passado, quando eu voltei para os bairros, eu me deparei... eu vou citar dois exemplos. Num bairro chamado Piraporinha, onde tem a antena da Record, ali no Jardim Ângela, indo para o Jardim Ângela, tem uma favela, que eu cheguei, a pedido de um pastor, para visitar a comunidade. Eu tive que esperar quarenta minutos num bequinho, para avisar o chefe do narcotráfico de lá, mandou gente aqui, para eu atravessar uma área de... um campo de futebol imenso, e... é como se fosse o Maracanã, a favela tinha cinco andares de barracos, cada andar era um, e em volta desse campo de futebol. E eu esperei quarenta minutos para entrar. Fiz a reunião. Tiveram dificuldade de chamar. Depois, para voltar, mais quarenta minutos, para chamar o cara para me acompanhar para atravessar esse pedaço do... Depois, eu vim aqui para o Jardim São Paulo, aqui da região oeste, foi a mesma coisa. Eu senti tão poderosa a miséria, tão desprovida a questão social, que eu dizia assim na campanha: nós estamos preparando um exército que em um minuto, se o exército quiser, ele põe milhões de pessoas por aí, para fazer o que ele quiser. Dito e feito. O ano passado vieram essas questões, porque estavam sendo plantadas. Nós estamos deixando a sociedade de uma forma muito sem saída. O jovem... Agora, nós temos os trabalhos com tecnologia social nas Águas Espraiadas, onde foi feita a Belini, subindo as Águas Espraiadas. Gente, aquilo é uma coisa... Não tem sentido! As pessoas, as crianças moram, as famílias moram em cima dos barracos... em cima do córrego, que é onde vai passar as águas espraiadas dos (lagos /lados), que tem três andares; se pega fogo em um, vai todo mundo. As mães têm que ficar de plantão, porque os ratos comem as crianças. Então eu acho que a gente está numa

realidade que a gente não está ainda atacando. Então, por isso que eu acho, quando a gente voltou a dizer: bom, espera aí. O PT quer desenvolvimento social, mas tem que ter o combate à fome, tem que ter o prato de comida – este é o poder da sobrevivência mínima, e que é necessária; agora tem que fazer o projeto de movimento social com eles. E a gente tem uma juventude imensa e sedenta para fazer. Tem uma caixa de pesquisa aí, de um bairro lá do Jardim Ângela, que a gente capacitou doze pessoas aqui e demos...

M.M. – Como é que funciona aqui?

I.P. – Você deixa eu dar exemplos. Nós fomos numa comunidade, até nesse tempo de campanha, e o pessoal dizia: pô, dezesseis anos que a gente está aqui, a gente é saída da represa do Guarapiranga, a represa do Guarapiranga abastece quarenta por cento da cidade de São Paulo, e ela está contaminada, porque não foi feita a rede de esgoto. O Banco Mundial financiou, não sei quantas vezes, para fazer o esgoto. Então eu fui lá, disse: então vamos fazer aqui com metodologias de tecnologia social. Então a gente selecionou doze pessoas, seis adultos e seis jovens, e capacitamos eles aqui, treinamos, e eles se formaram em pesquisadores populares. O exemplo do Ceará Periferia. Pesquisadores populares. E o exemplo de Banco Palma, que é essa parceria que a gente está tendo em tecnologia social. E eles foram a campo. Fizeram uma pesquisa de casa em casa e uma pesquisa na área comercial. Aí aprenderam a lidar com os dados: digitar os dados, capacitamos e treinamos, organizar os dados em planilhas, em gráficos, interpretar esses dados, dizer o que eles representam; devolver para a comunidade, a comunidade discute, e a gente faz um exercício de construção de projeto de saída disso aqui. E aí com duas vertentes: o que é que o poder público tem que fazer e o que é que nós temos que fazer. *Nós* temos que fazer. Então não é só direito não, é dever também. E aí se escolheram atividades, entre elas, o poder público tinha que fazer esgoto e tinha que fazer asfalto e tinha que fazer a ponte que estava caída. E então, eles construíram isso...

M.M. – Espera aí.

I.P. – Acho que eu estou muito prolixa, não é.

M.M. – Não, não. Pode ir falando.

I.P. – Bom. A melhor experiência assim, eu chamo a ousadia do jovem, que é fácil, ele chega, ele vai, mas ele é tímido para entrevistar, e o adulto não. Então essa parceria do saber popular com o saber mais sofisticado, essa parceria dá muito certo. E aí também a experiência

da história dos adultos com essa experiência dos jovens também é muito boa. E se deparar com o poder público e dizer para ele o que tem que fazer, e a construção da escola de informática, que era uma decisão que eles tinham que tomar, e eles se prepararem e serem monitores e viabilizar, se sustentar esse telecentro com a própria comunidade, e os próprios alunos pagando, e são os próprios monitores que a gente formou, deu sustentabilidade a isso. Quer dizer, eles já tiveram, no prazo de um ano, o esgoto instalado, a rede de asfalto colocada, a escola instalada; agora, eles acabaram de ganhar um projeto de arborização da região outra vez. Então, eles passam a ter a responsabilidade sobre o próprio local e o desenvolvimento do próprio local. Eu acho assim, que a ciência, a tecnologia, ela é absolutamente necessária para fazer o projeto de desenvolvimento social; passada a assistência para o desenvolvimento, é consciência e tecnologia com conhecimento. Acho que isso que o PT precisa aprender mais e acoplar o projeto Fome Zero a isso.

M.M. – É. Acho que essa questão da tecnologia é, realmente, fundamental.

I.P. – Eu não sou pesquisadora. E eu estou atuando socialmente. Eu vejo que isso é necessário nesse processo. O PT não pode se desvincular disso.

M.M. – E esse instituto, então, tem essa tarefa de formar quadros para trabalhar nesses projetos de pesquisa social.

I.P. – Nós fazemos pesquisa, nós fazemos mapeamento de tecnologias, e construímos a metodologia da tecnologia social para desenvolvimento social participativo, para a agricultura familiar, para educação, agora nós estamos com um projeto de política acessiva para os deficientes. Só que a metodologia, os princípios, os parâmetros é de tecnologia social.

M.M. – Interessante. Acho que pode dar frutos muito interessantes. Não sei se você gostaria de acrescentar alguma coisa. Eu acho que já cumprimos a nossa agenda de questões.

I.P. – Acho que eu só não falei na questão da mulher e a política. Porque, às vezes, a gente diz assim: por que nós não participamos, por que a gente não... Porque, na verdade, é quase humanamente impossível. Eu fui muito militante de ter creche para as crianças. Eu me arrependo disso. A gente vai ter que rever a nossa proteção das crianças. Então, aquilo que foi uma grande bandeira nossa, para liberar as mulheres, as mulheres poderem trabalhar, hoje eu digo, nos temos a responsabilidade da família e dos filhos; então nós temos que ter uma outra metodologia, outra tecnologia para a solução. Então, como é que nós mulheres vamos

participar? E sem a participação da mulher você não vai fazer diferença na política. Acho que essa é uma questão que nós vamos ter que enfrentar. E também, saber dialogar com outras forças que não é só o PT.

M.M. – Isso eu acho que é um grande desafio, como fazer esse diálogo, sem entregar a alma ao diabo, mas também sem ser sectário, porque não é possível.

I.P. – Isso.

M.M. – Bom. Eu lhe agradeço muito.

I.P. – Eu vou dar para vocês o livro da Causa e Dimensões do Atraso, acho que é *legal*, e dou esses caderninhos, um pouco dessa tecnologia social que a gente fez. Acho que é bom. Se você quiser.

M.M. – Está ótimo. É muito importante. É bom.

I.P. – Está bom? Bom trabalho para vocês.

[FIM DO DEPOIMENTO]